



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO 13/2022

PROCESSO 0010844-94.2022.6.25.8000

ATENÇÃO

O **Acórdão 754/2015 TCU-Plenário** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que a/o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a/o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE-SE**, com Sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica à(ao)s interessada(o)s que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, dirigida por sua(eu) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designada(o)s pela Portaria TRE-SE 549/2021, e regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 10.024/2019, pela Lei Complementar 123/2006, o Decreto-Lei 2.848/1940, pelos Decretos 8.538/2015 e 7.983/2013, pela Lei 13.709/2018, pela Resolução 120/2015 TRE-SE e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DESCRITOS EM PROJETO DE CFTV, OBJETIVANDO A AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DA SEDE DO TRE/SE**.

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 167686, Grupo de Natureza de Despesa - Investimentos.

A sessão pública ocorrerá às **9H (NOVE HORAS)**, **HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, de **11 DE JULHO DE 2022**, mediante uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Esta licitação tem por objeto **a contratação de empresa para a execução de serviços descritos em projeto de CFTV, objetivando a ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento da sede do TRE/SE**, conforme as condições estabelecidas neste Instrumento e em seu(s) Anexo(s).

1.2 A licitação será realizada em **único item**.

1.3 Os serviços serão prestados em regime de **empreitada por preço global**.

CLÁUSULA SEGUNDA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema (<http://www.comprasnet.gov.br>).

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema (<http://www.comprasnet.gov.br>) implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(eu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(eu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros pessoas.

2.3 As(os) licitantes ou suas(eus) representantes legais deverão estar previamente credenciadas(os) junto ao órgão provedor no prazo mínimo de **3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.5 Não poderão participar deste certame:

2.5.1 Empresárias(os) cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão (**execução de serviços descritos em projeto de CFTV para instalação de sistema de videomonitoramento**).

2.5.2 Empresas que tenham entre suas(eus) empregadas(os) cônjuges, companheiras(os) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízas(es) vinculados ao TRE-SE.

2.5.3 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidora/servidor, cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, das(os) magistradas(os) ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidoras(es) ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculadas(os) direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.5.4 Empresas proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

2.6 Como condição para participação no Pregão, a(o) licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), relativo às seguintes declarações:

2.6.1 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seu(s) anexo(s).

2.6.2 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

2.6.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2.6.4 Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

2.6.5 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

2.6.6 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

2.6.7 Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

2.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da(o) licitante e subsequente encaminhamento da proposta, com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhada dos documentos de habilitação previstos na cláusula quarta, a partir de **27 DE JUNHO DE 2022**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até **11 DE JULHO DE 2022**, antes da abertura da sessão pública, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.gov.br/compras/pt-br/).

3.1.1 Até a abertura da sessão pública, as(os) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.1.2 As(os) licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do SICAF, assegurado às(aos) demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

3.1.2.1 É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, da LC nº 123/2006.

3.1.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, art. 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeira(o), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.1.3.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item **3.1.3.1** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à(ao) Pregeira(o) convocar as(os) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

3.2 Incumbirá à(ao) licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) durante a sessão pública, ficando responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, bem como suportando o ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3 Caso julgue necessário para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a(o) licitante poderá realizar visita técnica à Sede do TRE-SE, mediante agendamento prévio junto à **Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SEENG)**, por meio do telefone (79) 3209-8645 ou do e-mail seeng@tre-se.jus.br e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à execução do serviço.

3.3.1 Para a visita, a(o) licitante, ou a(o) sua(eu) representante legal, deverá estar devidamente identificada(o) e habilitada(o), mediante a apresentação de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa e assinado por sua(eu) responsável.

3.3.2 O prazo para visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

3.3.3 A visita técnica deverá ocorrer individualmente com cada uma/um da(o)s licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

3.3.4 Na hipótese de não realização de visita técnica deverá ser apresentada declaração da(o) responsável técnica(o) da(o) licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos (Acórdão TCU 15719/2018-Primeira Câmara).

3.3.4.1 A não realização da visita técnica não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento acerca das especificidades e condições locais para a execução da obra, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes dos objetos de prestação do serviço, devendo a(o) licitante vencedora/vencedor assumir o ônus daí decorrentes.

3.4 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

3.4.1 Preços, em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas no **Anexo I** (Termo de Referência) e inclusos os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

3.4.1.1 Para elaborar a proposta a(o) licitante deverá preencher a Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários constante do **Anexo II**.

3.4.2 Especificações do objeto e prazos conforme **cláusula quinta** deste Edital e **Anexos I e X** (Termo de Referência e Minuta do Contrato, respectivamente).

3.4.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante dos **Anexos I e X** (Termo de Referência e Minuta do Contrato, respectivamente).

3.4.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

3.4.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

3.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.6.1 A documentação referida no item **3.6** poderá ser complementada nos termos do artigo 26, § 9º, do Decreto 10.024/2019 e do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993.

3.6.1.1 A complementação de documentação de que trata o item 3.6.1 se refere a documento ausente, comprobatório de condição atendida pela(o) licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela(o) Pregoeira(o) ([Acórdão 1211/2021 - TCU - Plenário](#)).

CLÁUSULA QUARTA DA FORMA DE HABILITAÇÃO

4.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da(o) licitante detentora/detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a(o) Pregoeira(o) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

4.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item **4.1** pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

4.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(eu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(ao) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).

4.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (SICAF) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

4.1.2.1.2 A(o) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.

4.2 A(O) licitante, para habilitar-se, deve apresentar os seguintes documentos:

4.2.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

4.2.1.1 Registro comercial, no caso de empresária(o).

4.2.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de suas(eus) administradoras(es).

4.2.1.2.1 Os documentos referidos nos itens **4.2.1.1** e **4.2.1.2** devem contemplar o objeto deste Pregão (**execução de serviços descritos em projeto de CFTV para instalação de sistema de videomonitoramento**).

4.2.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4.2.1.4 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.

4.2.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou Sede da(o) licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Instrumento.

4.2.1.6 Prova de inscrição do empresário ou sociedade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

4.2.2 Prova de regularidade para com a Seguridade Social e as Fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União) e municipal, do domicílio ou Sede da(o) licitante ou outra equivalente, na forma da lei.

4.2.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

4.2.5 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede da(o) licitante.

4.2.6 Comprovação de **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - (LC = (AC) / (PC)), onde: AC = Ativo Circulante, PC = Passivo Circulante - igual ou superior a 1 (um), bem como comprovação de CAPITAL SOCIAL MÍNIMO no valor de R\$ 80.614,05 (oitenta mil, seiscentos e quatorze reais e cinco centavos)**, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei.

4.2.6.1 Serão aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

4.2.6.1.1 Sociedades regidas pela Lei 6.404/76 (sociedade anônima):

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em jornal de grande circulação; ou
- c) por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

4.2.6.1.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

a) por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou

b) por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

4.2.6.1.3 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

4.2.6.2 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, indicando o CRC do profissional conforme disposto na NBCT 2.

4.2.6.3 É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

4.2.7 Prova de aptidão para a execução do objeto licitado (**execução de serviços descritos em projeto de CFTV para instalação de sistema de videomonitoramento**), nos termos do item **9.1.3.1** do **Anexo I** (Termo de Referência), mediante o atendimento das seguintes exigências:

4.2.7.1 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica devidamente registrado(s) no CREA, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome do profissional de nível superior reconhecido pelo mencionado Conselho; ou de certidão(ões) de acervo técnico – CAT(‘S), igualmente emitida(s) pelo CREA, devendo constar, em quaisquer dos documentos, aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

4.2.7.1.1 O(s) atestado(s) e a(s) certidão(ões) devem demonstrar a execução, pelo responsável técnico habilitado, das seguintes parcelas de serviços:

4.2.7.1.1.1 Instalação de sistema de Videomonitoramento CFTV/IP, composto por no mínimo 60 câmeras em um único sistema e gravador de vídeo em rede;

4.2.7.1.1.2 Instalação de cabeamento lógico com pontos certificados categoria 6 ou superior;

4.2.7.1.1.3 Instalação de fibra ótica.

4.2.7.1.2 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) devem conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do Contratante e da(o) Contratada(o), características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone (se houver) e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

4.2.7.1.3 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

4.2.7.1.3.1 Consideram-se pertencentes ao mesmo grupo empresarial empresas controladas por ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da proponente.

4.2.7.1.4 Para comprovação do vínculo da empresa com profissional de nível superior devidamente reconhecida(o) pelo Conselho Profissional, detentora/detentor do(s) atestado(s) de capacidade técnica e/ou da(s) certidão(ões) de acervo técnico, conforme mencionado no item **4.2.7.1**, deve-se apresentar, alternativamente:

4.2.7.1.4.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a(o) licitante como Contratante.

4.2.7.1.4.2 Contrato social da(o) licitante em que conste a(o) profissional como sócia(o).

4.2.7.1.4.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste a(o) profissional como responsável técnica(o).

4.2.7.1.4.4 Declaração de contratação futura da(o) profissional detentora/detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência desta(e).

4.2.7.1.4.5 Deve-se, ainda, comprovar o registro junto ao Conselho de Classe Profissional a cuja jurisdição pertençam a(o) licitante e a(o) responsável técnica(o) por ela(e) indicada(o), o que se fará mediante a apresentação de Certidões de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física ou de Relatórios atinentes à empresa e à(ao) profissional, emitidos via consulta ao sítio do Conselho Profissional correspondente.

4.2.7.1.5 É permitido o somatório de atestados para a comprovação exigida no item 4.2.7.1.1, limitando-se a um atestado para cada serviço indicado nos subitens 4.2.7.1.1.1, 4.2.7.1.1.2 e 4.2.7.1.1.3.

4.2.7.2 O TRE-SE poderá realizar diligência a fim de comprovar a veracidade das informações prestadas, podendo requerer cópias de Contratos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem inequivocamente a prestação dos serviços, desconsiderando a documentação caso constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados.

4.3 As(os) empresárias(os) ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal) e IV (Regularidade Fiscal Municipal), V (Qualificação Técnica) e VI (Qualificação Econômico-Financeira) **válidos** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ficam dispensadas(os) de apresentar os documentos exigidos nos itens **4.2.1** a **4.2.7**, desde que os dados registrados/disponibilizados no Sistema permitam a comprovação do atendimento a cada um dos requisitos, devendo cumprir as demais exigências.

4.4 A regularidade da(o) licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) será constatada por meio de consulta *on-line*, na fase de habilitação.

4.4.1 É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

4.4.2 O descumprimento do item **4.4.1** implicará a inabilitação da(o) licitante, exceto se a consulta feita pela(o) Pregoeira(o) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme artigo 43, §3º, do Decreto 10.024/2019.

4.5 No sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), a(o) licitante deverá emitir declaração indicada no item **2.6.4** deste Edital, no sentido de que não viola a proibição do artigo 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA QUINTA

DOS PRAZOS

5.1 O prazo de validade da Proposta será de **60 (sessenta) dias** contado da sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará a(o) adjudicatária(o) para, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** contados da data em que receber a convocação, assinar o Contrato e optar pela modalidade de garantia, nos termos do item **6.4** do **Anexo I** (Termo de Referência).

- 5.2.1** Integram o Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital deste Pregão Eletrônico, seu(s) Anexo(s) e a proposta da(o) Contratada(o).
- 5.3** O prazo de execução da contratação a ser firmada com a(o) licitante vencedora/vencedor para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento será de **120 (cento e vinte) dias**, contando-se da data do início do serviço.
- 5.4** O prazo de vigência da contratação será de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da assinatura do Contrato.
- 5.5** Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **5.3** e **5.4** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA

PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 Esclarecimentos e Impugnação do Edital:

- 6.1.1** Qualquer pessoa poderá, **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br, apresentar pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório e/ou impugná-lo.
- 6.1.2** A(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de **até 2 (dois) dias úteis**.
- 6.1.2.1** O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das **7h às 13h**.
- 6.1.2.2** O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sítios http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0 e <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2022/pregoes-2022>.
- 6.1.2.3** A decisão da(o) Pregoeira(o), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Equipe de Planejamento da Contratação (art. 17, parágrafo único, do Decreto 10.024/2021).
- 6.1.3** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 6.1.3.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o) nos autos do processo de licitação.
- 6.1.4** As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações vincularão a(o)s participantes e a Administração.
- 6.1.5** Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

6.2 Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:

- 6.2.1** A(o) Pregoeira(o), via sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o item **3.1**.
- 6.2.1.1** A(o) Pregoeira(o) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.
- 6.2.1.2** A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos **do item**.
- 6.2.2** Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.2.2.1** O modo de disputa será aberto e os lances serão ofertados **pelo valor total do item**.
- 6.2.2.2** A(o) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.
- 6.2.2.3** A(o) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.2.2.4** Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.
- 6.2.3** Durante a sessão pública, as(os) licitantes serão informadas(os), em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.
- 6.2.4** A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.
- 6.2.5** A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item **6.2.4** será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.2.6** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens **6.2.4** e **6.2.5**, a sessão pública se encerrará automaticamente.
- 6.2.7** Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), nos termos do disposto no item **6.2.5**, poderá a(o) Pregoeira(o), assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:

6.3.1 Condições Gerais de Aceitabilidade e Eventual Empate:

- 6.3.1.1** Após o encerramento da fase de lances, e antes de examinar a aceitabilidade da proposta, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), à(ao) licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar **para o item**, a fim de:
- 6.3.1.1.1** Obter preço mais vantajoso para a Administração.
- 6.3.1.1.2** Ajustar os preços cujos valores sejam superiores aos referenciais indicados a seguir:
- 6.3.1.1.2.1** valores unitários superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do **Anexo II** (Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários);
- 6.3.1.1.2.2** valores de etapas de serviços superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do **Anexo V** (Cronograma Físico-Financeiro)
- 6.3.1.1.2.3** valor proposto superior ao valor de referência (total estimado para a contratação)
- 6.3.1.1.3** Na hipótese do item 6.3.1.1.2 a(o) licitante será convocada(o) a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pela(o) Pregoeira(o), podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível da(o) licitante.

6.3.1.2 Serão recusadas as propostas:

6.3.1.2.1 Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme o item **6.3.1.1.2**.

6.3.1.2.2 Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos com mão de obra, com insumos e, de modo geral, com a aquisição e/ou execução do serviço, sejam coerentes com os praticados no mercado.

6.3.1.2.2.1 Para efeito do disposto no item **6.3.1.2.2**, consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores **para o item**:

6.3.1.2.2.1.1 Valor orçado pelo TRE-SE (conforme item 1.1.1 do Anexo I - Termo de Referência).

6.3.1.2.2.1.2 Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE-SE.

6.3.1.2.3 Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

6.3.1.3 Os critérios definidos nos itens **6.3.1.2.2**, **6.3.1.2.2.1**, **6.3.1.2.2.1.1** e **6.3.1.2.2.1.2** conduzem à presunção relativa de inexequibilidade de preços, motivo pelo qual a(o) Pregoeira(o), ao analisar a proposta, poderá facultar à(ao) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade (artigo 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/1993 c/c Súmula TCU nº 262).

6.3.1.4 Dos licitantes classificados na forma do item **6.3.1.2.2.1**, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os itens **6.3.1.2.2.1.1** e **6.3.1.2.2.1.2**, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no item 6.4 do Anexo I (Termo de Referência), igual a diferença entre o valor resultante do item **6.3.1.2.2.1** e o valor da correspondente proposta.

6.3.1.5 Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), a(o) licitante será convocada(o), via chat, para que se manifeste, no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível da(o) licitante acolhida pela(o) Pregoeira(o).

6.3.1.5.1 Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.3.1.5.1.1 Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

6.3.1.5.1.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

6.3.1.5.1.3 Verificação de outros Contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

6.3.1.5.1.4 Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e junto ao Ministério da Previdência Social.

6.3.1.5.1.5 Consultas a Entidades ou Conselhos de Classe, Sindicatos ou similares.

6.3.1.5.1.6 Pesquisa de preços com fornecedores dos insumos utilizados.

6.3.1.5.1.7 Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente.

6.3.1.5.1.8 Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa.

6.3.1.5.1.9 Estudos setoriais.

6.3.1.5.1.10 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

6.3.1.5.1.11 Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

6.3.1.5.1.12 Verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho.

6.3.1.5.1.13 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.3.1.6 Na hipótese de não haver lance após o início da fase competitiva e sendo verificado o empate entre as propostas apresentadas, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) entre aquelas apresentadas.

6.3.2 Do Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015):

6.3.2.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da [Lei Complementar 123/2006](http://www.comprasnet.gov.br).

6.3.2.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item **6.3.2.1**, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.3.2.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) dentre as propostas empatadas.

6.3.3 Condições Específicas de Aceitabilidade:

6.3.3.1 A(o)s licitante(s) classificada(o)s em 1º (primeiro) lugar, no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o) e **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), **deverá(ão) enviar** a documentação exigida em conformidade com o item **9.2** do **Anexo I** ao Edital (Termo de Referência), **salientando-se que**:

6.3.3.1.1 O **Anexo II** (Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários), o **Anexo VI** (Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais), o **Anexo VII** (Planilhas de Detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas -BDI) e o **Anexo VIII** (Planilha de Composições de Preços Unitários dos Serviços) são referenciais, devendo o valor global apresentado contemplar a execução integral dos serviços, de modo que quaisquer diferenças apuradas pela(o) licitante não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE-SE, ressalvado o disposto no item **10.4**.

6.3.3.1.1.1 No **Anexo II** (Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários) deverão constar **os valores unitários que compõem o serviço objeto deste certame, assim como a sua totalização**.

6.3.3.1.2 O **Anexo V** (Cronograma Físico Financeiro) deve contemplar etapas mensais e ser compatível com o prazo de execução (**120 (cento e vinte) dias**). Deve, ainda, detalhar os prazos de início e término de cada uma das atividades necessárias à execução dos serviços correspondentes a cada etapa, os percentuais previstos acumulados, os custos totais previstos de cada etapa e acumulados e o custo total geral, compreendendo todas as despesas com a execução do objeto pactuado, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso.

6.3.3.1.3 A apresentação e a análise dos documentos referidos nos itens **6.3.3.1**, **6.3.3.1.1** e **6.3.3.1.2** precedem a aceitação da proposta classificada em 1º (primeiro) lugar.

6.3.3.1.4 Na hipótese de as Planilhas serem apresentadas com incorreções, a(o) Pregoeira(o) poderá conceder prazo à(ao) licitante, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível, para que proceda aos devidos ajustes.

6.3.3.2 São vedadas:

6.3.3.2.1 A indicação de item/serviço como verba.

6.3.3.2.2 A inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no **Anexo II** (Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários).

6.3.3.3 Para além do disposto no item **6.3.1.2**, **será recusada a proposta que:**

6.3.3.3.1 Apresente valor total superior a **R\$ 806.140,51** (oitocentos e seis mil cento e quarenta reais e cinquenta e um centavos).

6.3.3.3.2 Contenha valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do **Anexo II** (Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários) e do **Anexo V** (Cronograma Físico-Financeiro).

6.3.3.3.2.1 Caso ocorra o disposto no item **6.3.3.3**, proceder-se-á nova verificação conforme os itens **6.3.3.1** e **6.3.3.2**, de modo que seja mantido ou reduzido o preço global.

6.3.3.3.2.2 Os erros de soma e/ou multiplicação e as divergências que porventura ocorram entre valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços e o(s) respectivo(s) valor(es) total(is) poderão ser corrigidos pela(o) Pregoeira(o), prevalecendo o(s) valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços apresentado(s).

6.3.3.4 Se deixar de apresentar a(s) planilha(s) conforme estabelecido neste Edital ou não adotar providências para o saneamento das incorreções apontadas no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), a proposta da(o) licitante será desclassificada e ela(e) estará sujeita(o) à penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, prosseguindo-se o certame com a convocação de outra(o) licitante, observada a ordem de classificação.

6.3.4 Condições de Habilitação:

6.3.4.1 Os documentos relativos à habilitação, exigidos na **cláusula quarta** e remetidos via sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) por ocasião do encaminhamento da proposta, conforme indicado no item **3.1**, poderão ser **complementados** quando se fizer necessária essa providência.

6.3.4.1.1 A documentação **complementar** deve ser encaminhada após o encerramento do envio de lances, observando-se o prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo esse prazo ser prorrogado, desde que acolhida justificativa plausível da(o) licitante.

6.3.4.1.1.1 O encaminhamento da documentação deve ser feito **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>).

6.3.4.1.2 Tem-se por **complementares à habilitação** os documentos necessários à confirmação daqueles exigidos na **cláusula quarta**, observado o disposto no item **3.6.1.1**

6.3.5 Outras Disposições:

6.3.5.1 Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se a(o) licitante desatender as exigências habilitatórias, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.3.5.1.1 Na situação prevista no item **6.3.5.1**, a(o) Pregoeira(o) deverá proceder conforme os itens **6.3.1**, **6.3.2**, **6.3.3** e **6.3.4**.

6.3.5.2 No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às(aos) licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/99.

6.3.5.2.1 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de que trata o item **6.3.5.2**, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e o registro da ocorrência em ata.

6.3.5.3 Em caso de desconexão da(o) Pregoeira(o) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) poderá permanecer acessível às(aos) licitantes, retornando a(o) Pregoeira(o) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.5.3.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada nos mesmos moldes indicados no item **6.3.5.2.1**.

6.3.5.4 Será declarada(o) vencedora/vencedor a(o) licitante que apresentar a proposta de **menor preço**, segundo o fator **preço global por item**, desde que atendidas as exigências de habilitação deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme previsto na **cláusula oitava**.

6.3.5.5 Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de novas propostas e/ou documentação, escoimadas as causas que ensejarem a desclassificação.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico (www.gov.br/compras/pt-br/), em formulários próprios.

7.2 A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pela(o) Pregoeira(o).

7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada da(o) licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela(o) Pregoeira(o) à(ao) vencedora/vencedor.

7.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte da(o) licitante (Acórdão 339/2010 TCU Plenário).

7.3.1 Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

7.3.1.1 Sucumbência – a decisão da(o) Pregoeira(o) tem que causar prejuízo direto à(ao) recorrente.

7.3.1.2 Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

7.3.1.3 Legitimidade – só a(o) licitante credenciada(o) poderá interpor recurso.

7.3.1.4 Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica da(o) recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação da(o) licitante ou de suas(eus) concorrentes no certame.

7.3.1.5 Motivação – a(o) recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos à(ao) Pregoeira(o), que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação das(os) licitantes.

7.4 Aceita a intenção de recurso, será concedido à(ao) recorrente prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões recursais, ficando as(os) demais licitantes desde logo notificadas(os) a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo da(o) recorrente.

7.5 Considerando a(o) Pregoeira(o), ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação à(ao) vencedora/vencedor.

7.5.1 Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.

7.5.2 Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

7.6 Cabe à(ao) Pregoeira(o) receber, examinar, instruir e decidir os recursos **em até 5 (cinco) dias úteis**.

- 7.6.1** Quando mantiver sua decisão, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.
- 7.6.2** O acolhimento do recurso pela(o) Pregoeira(o) ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.7** Fica assegurado às(aos) licitantes:
- 7.7.1** O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, por intermédio do sítio www.gov.br/compras/pt-br/.
- 7.7.2** Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses na Sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.
- 7.8** Dos atos praticados com respeito a este Pregão Eletrônico cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, nos casos de:
- 7.8.1** Revogação ou anulação deste Pregão Eletrônico (previstas nos itens 8.4 e 8.5), contado da publicação do ato na Imprensa Oficial (DOU).
- 7.8.2** Aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF (prevista na **cláusula nona**), contada da notificação da(o) licitante, conforme disciplinado nos itens **9.7** e **9.7.1**.
- 7.9** A Diretoria-Geral ou a Presidência do TRE-SE, conforme o caso, poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva nos casos previstos no itens **7.8** e **9.7** deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1** O objeto deste Pregão será adjudicado à(ao) licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o item**, desde que regularmente atendidos os critérios de habilitação.
- 8.2** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 8.2.1 A(o) adjudicatária(o), quando convocada(o), terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para assinar o Contrato, a contar da data em que receber a comunicação, salvo justificativa acolhida pela Administração.**
- 8.3** Se a(o) licitante vencedora/vencedor, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Instrumento e/ou recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato, **sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis**, a(o) Pregoeira(o) poderá convocar outra(o) licitante para fazê-lo, desde que respeitada a ordem de classificação, comprovados os requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação.
- 8.4** A autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 8.5** A anulação do procedimento deste Pregão Eletrônico por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a(o) CONTRATADA(O), ressalvado o disposto no item **8.7**.
- 8.6** A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão Eletrônico opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.
- 8.7** A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a(o) CONTRATADA(O) pelo que esta(e) houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 8.8** No caso de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA

DAS PENALIDADES EM SEDE DE SESSÃO PÚBLICA

- 9.1 A(O) licitante** que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, ficará impedida(o) de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF:
- 9.1.1 Por até 2 (dois) meses**, quando não entregar a documentação exigida para o certame.
- 9.1.2. Por até 4 (quatro) meses:**
- 9.1.2.1** Quando ensejar o retardamento da execução do certame.
- 9.1.2.2** Quando não mantiver a proposta.
- 9.1.3 Por até 2 (dois) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo.
- 9.2** O retardamento na execução do certame referido no item **9.1.2.1** é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.
- 9.3** A não manutenção da proposta referida no item **9.1.2.2** verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
- 9.4** O comportamento inidôneo referido no item **9.1.3** é a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- 9.5** Quando a ação ou omissão do licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.
- 9.6** Para que seja aplicada a sanção prevista no item **9.1**, deve ser instaurado processo administrativo a fim de oportunizar a defesa prévia ao interessado, mediante o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado de sua notificação.
- 9.7** A competência para aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso, dirigido ao Presidente do TRE-SE, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado da notificação da(o) licitante.
- 9.7.1** A notificação da(o) licitante referida no item **9.7** será efetivada mediante publicação de Aviso de Julgamento na imprensa oficial (DOU) e encaminhamento da íntegra da decisão por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1 Integram este Edital os seguintes anexos:
- 10.1.1 Anexo I – Termo de Referência.
- 10.1.2 Anexo II – Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários.
- 10.1.3 Anexo III - Projetos .
- 10.1.4 Anexo IV - Memoriais Descritivos CFTV e Relatórios (Cabeamento, Switch e Datasheet)
- 10.1.5 Anexo V - Cronograma Físico Financeiro.
- 10.1.6 Anexo VI - Planilha de Detalhamento de Encargos Sociais.
- 10.1.7 Anexo VII - Planilhas de Detalhamento dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.
- 10.1.8 Anexo VIII - Planilhas de Composições de Preços Unitários dos Serviços.
- 10.1.9 Anexo IX - .Cronograma de Desembolso Máximo.
- 10.1.10 Anexo X - Minuta do Contrato.
- 10.2 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, Gestão/Fiscalização da Contratação, forma de pagamento e penalidades constam dos **Anexos I e X** (Termo de Referência e Minuta de Contrato, respectivamente).
- 10.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.**
- 10.4 Em atenção ao art. 13, II, do Decreto 7.983/2013, a(o) Contratada(o) obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total do contratação, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993.
- 10.5 É facultada à(ao) Pregoeira(o) ou à autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta e da habilitação, observando-se para tanto os termos dos itens **3.6.1.1** e **6.3.5.2.1**.
- 10.5.1 **Poderá a(o) Pregoeira(o), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, possibilitando-lhe rever seus atos a qualquer tempo, justificadamente, mantendo a transparência do certame.**
- 10.6 Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.
- 10.7 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 10.8 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), a Lei 10.520/2002, o Decreto 10.024/2019, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto-Lei 2.848/1940, os Decretos 8.538/2015 e 7.983/2013, a Lei 13.709/2018, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e suas alterações.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - NSO (doc. 1186789)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Descrição da solução/objeto

1.1.1 Contratação de empresa especializada para a execução de projeto técnico de videomonitoramento (CFTV) na Sede do TRE/SE, conforme documentos que constituem o projeto a ser executado - projeto executivo, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas, planilha orçamentária de referência e demais documentos que constituem o projeto.

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
1	00002297-7	Instalação/Manutenção - Circuito Fechado TV	Contratação de empresa para a execução de serviços descritos em projeto de CFTV, objetivando a ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento da sede do TRE/SE	R\$ 806.140,51
Fonte: Valor informado conforme <i>ORÇAMENTO DE VENDA (SEI 1187925)</i> , disponível para consulta em https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2022/pregoes-2022 . >> Pregão 13/2022 >> Valor de Referência.				

1.1.2. A presente solução compreende a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de Segurança Eletrônica e Circuito Fechado de Vídeo Monitoramento, incluindo todos os materiais, equipamentos, mão de obra e acessórios necessários para a correta instalação do objeto, seguido de treinamento para utilização, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, para a Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.3 A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativas da necessidade:

- 2.1.1 A contratação descrita neste Termo de Referência objetiva a ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento da Sede do TRE/SE, a fim de prover a edificação de um eficiente sistema integrado de segurança eletrônica, que contemple a vigilância do trânsito de pessoas e de veículos nas áreas internas das instalações ocupadas pela Sede, por meio de captura de imagens com qualidade suficiente para uma clara identificação da fisionomia das pessoas, com ampla capacidade de armazenamento das gravações e, que possa ser operado remotamente.
- 2.1.2 Além do controle físico de acesso às instalações do órgão, o monitoramento por vídeo de áreas estratégicas da edificação, por meio de um Circuito Fechado de Televisão (CFTV) e o registro de imagens, é fundamental para garantir a segurança da sede do TRE/SE, auxiliando no acompanhamento de atitudes suspeitas, na identificação de responsáveis por eventuais sinistros e na rastreabilidade dos acessos ao edifício.
- 2.1.3 Desta forma, a solução descrita deverá garantir a modernização e ampliação do sistema de monitoramento do TRE com a finalidade melhorar o nível de proteção ao patrimônio público pertencente ao Tribunal, diminuindo a possibilidade de ocorrência de atos de vandalismo contra as edificações e, especialmente, furtos de materiais de consumo e permanentes.

2.2 Alinhamento Estratégico

- 2.2.1 O alinhamento da contratação com o planejamento estratégico do órgão é essencial para o alcance de resultados efetivos para a organização assim como para a entrega de resultados à sociedade. Essa visão consagra a logística como um aliado da organização, uma vez que não há como cingir o alcance da missão institucional e a implementação de políticas públicas sem uma logística adequada e estruturada que lhe dê suporte.
- 2.2.2 A presente contratação contribui para o alcance do Macrodesafio 9 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, previsto no Planejamento Estratégico do período 2021 a 2026 ([Resolução TRE-SE 5/2021](#)).
- 2.2.3 Outrossim, a realização de procedimento de contratação encontra-se previsto no Planejamento das Contratações do exercício e está classificada com o GRAU DE PRIORIDADE MÉDIO (Portaria TRE/SE 739/2021, Anexo I (doc. 1110742)).

2.3. Referência aos Estudos Preliminares

- 2.3.1 O trabalho da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) está reproduzido no documento Estudos Técnicos Preliminares (Processo Administrativo 0003380-19.2022.6.25.8000, doc. (1188520). O ETP está disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2022/pregoes-2022>.
- 2.3.2 Da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)
- 2.3.2.1 A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela autoridade competente da área administrativa, sendo composta pelos seguintes membros:

Maria Alejandra Perez Machado	Unidade: COSER
Moyses Dantas Teixeira	Unidade: NSO
Cosme Rodrigues de Souza	Unidade: COINF
Ricardo Loeser de Carvalho Filho	Unidade: ASPLAN/SAO
Marcos Vinícius Santos Muniz Prado	Unidade: SEENG

2.4 Justificativa para adoção de licitação por item e adjudicação do objeto

- 2.4.1 Acolher a hipótese de licitar por itens ou por mais de um lote é admitir o risco de um fornecedor/fabricante responsabilizar o outro em caso de problemas de interoperabilidade/compatibilidade levando o Tribunal a sofrer com a prolongada discussão necessária para identificar um ou mais responsáveis e executar adequadamente a garantia contratual, considerando que esta responsabilidade lhes será atribuída pela impossibilidade da equipe técnica do Tribunal, por mais capacitada que seja, possuir conhecimento profundo em todas as soluções existentes no mercado.
- 2.4.2 É importante frisar que a consequência desse caso hipotético acarretará perdas de desempenho ou indisponibilidade ou integridade dos serviços afetando assim a imagem da instituição perante a sociedade. Associado a isto, devemos considerar que o fracasso na licitação de qualquer um dos itens inviabilizará a implementação da solução como um todo.
- 2.4.3 Em outras palavras, todos os itens solicitados são interdependentes e a solução só se tornará funcional com a aquisição, instalação e configuração de todos eles, por isso é imprescindível que sejam adquiridos em conjunto. Sendo assim, o parcelamento da solução mostra-se inviável.
- 2.4.4 O agrupamento dos itens é indispensável para a modelagem contratual desenhada nos estudos preliminares pelo fato de que todo o conjunto de itens faz parte de uma mesma solução destinada ao mesmo objetivo e resultado. Assim, o agrupamento é técnica e economicamente viável, garantindo maior possibilidade de economia de escala. O agrupamento nesta contratação é justificável também para garantir maior competitividade, pois, caso comprássemos os equipamentos em licitação separada da licitação do serviço de instalação, poderia diminuir o interesse de licitantes na licitação de serviço, pois, pode ser que a marca adquirida não fosse de domínio de todos os possíveis interessados. E o agrupamento também visa garantir a viabilidade técnica, pois, se a empresa entrega equipamento danificado, a mesma terá que resolver o problema e o TRE não dependerá do prazo de solução de duas contratadas (uma, para o fornecimento do equipamento e outra, para a instalação).
- 2.4.5 Por fim, a divisão por itens poderia acarretar na homologação parcial do pregão, sendo insuficiente para atingir o resultado esperado da Administração que é o funcionamento completo de um sistema de monitoramento de câmeras de segurança. Diversas possibilidades poderiam ocorrer, itens desertos, itens cancelados por não ter licitante apto a ser habilitado, etc. O agrupamento de itens nesta contratação faz que contratemos a solução completa, sem risco de contratação parcial.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Especificação dos serviços

- 3.1.1 Os serviços a serem executados encontram-se especificados no Projeto de CFTV, no Memorial Descritivo de Execução do Projeto de CFTV, bem como nos respectivos relatórios datasheet e de cabeamento e capacidade de switch. A presente especificação destina-se à ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento (CFTV) da Sede do TRE/SE.
- 3.1.2 Toda e qualquer modificação introduzida nas especificações, inclusive acréscimos, somente serão admitidos com a prévia autorização da Gestão/Fiscalização da Contratação e será anotada no livro de ordem, assim como todo acompanhamento dos trabalhos no decorrer da contratação.

- 3.1.3 Será exigido o emprego de materiais e mão de obra de primeira qualidade na execução de todos os serviços especificados.
- 3.1.4 Os materiais e/ou serviços não previstos nesta Especificação constituem casos especiais, devendo ser apreciados pela Gestora da Contratação.
- 3.1.5 Todo material considerado "similar" deverá ser previamente submetido à apreciação da Gestora da Contratação, devendo a autorização do mesmo ser dada por escrito.
- 3.1.6 Critérios a serem obedecidos:

3.1.6.1 Nas divergências entre as medidas verificadas e as indicadas na planilha orçamentária, prevalecerão as verificadas nos locais a serem reformados/adaptados;

3.1.6.2 Nas divergências entre planilha orçamentária e especificações, prevalecerão as especificações;

3.1.6.3 Nas divergências entre projetos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala;

3.1.6.4 Nas divergências entre especificações e projetos, prevalecerão as especificações;

3.1.6.5 Nas indicações de marcas considerem-se compreendidas as similares.

3.1.6.6 Serão aceitos para os itens 20 e 21, do Datasheet, o fornecimento de um único software que atenda a todos os requisitos especificados.

3.1.6.7 A solução ofertada deverá:

3.1.6.7.1 Permitir a utilização de todas as funcionalidades, tecnologias e recursos especificados, de maneira perpétua, irrestrita e sem necessidade de licenciamentos, renovações ou ônus adicionais;

3.1.6.7.2 Atender integralmente os requisitos especificados neste Termo, devendo ser fornecida com todas as licenças que forem necessárias para entrega totalmente funcional da solução;

3.1.6.7.3 Permitir ao Tribunal realizar a atualização dos softwares, de forma integral ou em partes (patches), durante todo o período de garantia das licenças, por uma versão mais recente, quando disponível. As novas versões deverão estar disponíveis para download no sítio do fabricante do software.

3.1.6.8 No que se refere a todos os equipamentos de hardware da solução:

3.1.6.8.1 Deve ser novo e fazer parte de catálogo de produtos comercializados pelo fabricante e não ter sido descontinuado até a data de realização da licitação.

3.1.6.8.2 Não serão aceitos equipamentos de fabricação doméstica (genéricos ou montados).

3.2 Demanda - quantificação dos serviços a serem executados

- 3.2.1 A metodologia de quantificação dos serviços está detalhada nos Anexos deste Instrumento (Projetos, Memoriais descritivos e Planilhas de Composições).
- 3.2.2 Com a aquisição da solução será possível substituir, modernizar e ampliar a capacidade do sistema CFTV elevando a segurança para um nível adequado. Todas as edificações que compõem a Sede do TRE terão câmeras de segurança no sistema IP ampliando a capacidade do sistema CFTV para um total de **122** câmeras e modernizando o mesmo com o sistema digital. Toda essa ampliação do sistema CFTV demanda uma infraestrutura de rede de dados que serão supridos com a aquisição de switches que servirão para comportar o sistema de CFTV .
- 3.2.3 A quantidade de câmeras foi definida de acordo com os pontos estabelecidos nas indicações feitas nos projetos fornecidos pelo TRE (Anexo do Termo de Referência) indicando os locais e posicionamentos das câmeras. As plantas com as indicações dos locais de instalação das câmeras constarão no processo, fundamentando a quantidade definida e será disponibilizado aos licitantes como anexo do termo de referência para que sirva de base para a contratada elaborar o projeto definitivo e executá-lo. Os demais itens como cabos, switches, etc, foram quantificados com base nas quantidades de câmeras e nas distâncias calculadas através dos projetos de CFTV fornecidos.

3.3 Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 3.3.1 Não há, nem haverá contratações correlatas, uma vez que a presente licitação pretende contratar uma única empresa que forneça a solução completa e suficiente para suprir a demanda de monitoramento CFTV da Sede do TRE/SE.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Obrigações do CONTRATANTE e suas vedações

4.1.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- 4.1.1.1 Emitir Nota de Empenho.
- 4.1.1.2 Proporcionar as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da(o) CONTRATADA(O) ou por quem a(o) represente.
- 4.1.1.3 Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases.
- 4.1.1.4 Receber e conferir os serviços verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, rejeitando, no todo ou em parte, se houver irregularidades.
- 4.1.1.5 Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.
- 4.1.1.6 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O), preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual.
- 4.1.1.7 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da(o) CONTRATADA(O).

4.1.2 É vedado ao CONTRATANTE:

- 4.1.2.1 Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O), tais como:

4.1.2.1.1 Exercer o poder de mando sobre a(o)s empregada(o)s da(o) CONTRATADA(O), devendo reportar-se somente à/ao Preposta(o) ou pessoa(s) responsável(eis) por ela(e) indicada(s)/indicado(s).

4.1.2.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

4.1.2.1.3 Promover ou aceitar o desvio de funções da(o)s trabalhadora(e)s da(o) CONTRATADA(O), mediante a sua utilização em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual a(o) trabalhadora/trabalhador foi contratada(o).

4.2 Obrigações da(o) CONTRATADA(O) e suas vedações

4.2.1 São obrigações da(o) CONTRATADA(O):

4.2.1.1 Executar os serviços em conformidade com o disposto neste Instrumento.

4.2.1.2 Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da(o) CONTRATADA(O), independentemente da ação da Fiscalização do Tribunal.

4.2.1.3 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos pelos suas(eus) operária(o)s e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

4.2.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

4.2.1.5 Conhecer, por meio de responsável técnica(o), os locais onde serão executados os serviços, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e propriedades de terceiros pessoas, e ainda, a segurança da(o)s operária(o)s e transeuntes, durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causados serão de inteira e única responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

4.2.1.5.1 A obrigação constante do item **4.2.1.5** não se confunde com a **visita técnica** disciplinada no item **4.6**.

4.2.1.6 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos dos referidos serviços.

4.2.1.7 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

4.2.1.7.1 Não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

4.2.1.7.2 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

4.2.1.8 Disponibilizar, no local de execução, responsável geral pela condução dos trabalhos.

4.2.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

4.2.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **4.2.1.9** transferirá à(ao) CONTRATADA(O) todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

4.2.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Comissão de Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

4.2.1.11 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços, deixando os ambientes em condições normais de uso pela(o)s servidora(e)s, durante o horário de trabalho.

4.2.1.12 Apresentar à Comissão de Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar a(o) responsável pela equipe de operária(o)s.

4.2.1.13 Cuidar para que o pessoal que executará os serviços contratados esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos realizados.

4.2.1.14 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE-SE, mesmo que existam e estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

4.2.1.15 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal e da(o)s servidora(e)s junto ao serviço esteja protegido e que seja garantida a normalidade do funcionamento, uma vez que os locais que sofrerão intervenção estarão com o seu funcionamento normal durante o período de execução dos trabalhos contratados.

4.2.1.16 Combinar previamente com a Comissão de Fiscalização da Contratação os dias e horários de atuação da(o) CONTRATADA(O), definida, inicialmente, de segunda a sexta-feira, em horário comercial (07h às 17h), podendo, se necessário, verificar-se em dias e horários diversos, desde que devidamente justificada essa necessidade.

4.2.1.17 Registrar a contratação no **CREA/SE**, na forma prevista na legislação vigente e fazer a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** de execução dos serviços no respectivo Conselho.

4.2.1.17.1 A ART devem ter como responsável engenheira(o) com habilitação para execução do serviço objeto desta licitação, conforme o caso, e devem ser apresentados no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados da data estabelecida na Ordem de Serviço para o início da execução contratual.

4.2.1.18 Indicar, no prazo fixado para assinatura do Contrato (**2 dias úteis**), preposta(o) para representá-la(o) na execução do objeto contratual, reservando-se ao TRE-SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

4.2.1.19 Cuidar para que a(o)s engenheira(o)s indicada(o)s para assumir a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo tenham poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

4.2.1.20 Retirar, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

4.2.1.21 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

4.2.1.22 Afastar ou substituir por recomendação da Comissão de Fiscalização da Contratação qualquer empregada(o) que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, **até 24 (vinte e quatro) horas** após receber a devida notificação.

4.2.1.23 Executar o serviço no prazo fixado neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas da Comissão de Fiscalização da Contratação.

4.2.1.24 Fornecer Livro de Ordem até a data estabelecida na Ordem de Serviço para o início das atividades, mantendo-o no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização da Contratação.

4.2.1.25 Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

4.2.1.26 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

4.2.1.27 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

4.2.1.28 Remover, às suas custas, ao fim dos serviços e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando

completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

4.2.1.29 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

4.2.1.30 Atender às normas sobre segurança e saúde no trabalho.

4.2.1.31 Responsabilizar-se por ensaios, testes ou provas necessários à prestação dos serviços contratados, inclusive os serviços mal executados.

4.2.1.32 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a Comissão de Fiscalização da Contratação julgar necessário.

4.2.1.33 **Garantir todos os serviços executados pelos prazos mínimos estabelecidos no item 5.5 deste Instrumento, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.**

4.2.1.34 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

4.2.1.35 **Observar os termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.**

4.2.1.36 **Entregar ao TRE-SE, no máximo até o recebimento definitivo do objeto da contratação, devidamente conferido pela Gestão/Fiscalização Contratação, os desenhos "as built" de todos os projetos executados, sem prejuízo da responsabilidade civil da(o) CONTRATADA(O) em relação aos serviços por ela(e) realizados.**

4.2.2 É expressamente vedado à(ao)CONTRATADA(O):

4.2.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

4.2.2.2 Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir **parcial** ou **totalmente**) a contratação.

4.2.2.3 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE-SE.

4.2.2.4 Contratar servidora/servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

4.2.2.5 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

4.2.2.6 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

4.3 Critérios e práticas de sustentabilidade

4.3.1 Dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal: "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Nesse diapasão, o TRE/SE insere em seus procedimentos rotineiros práticas mais sustentáveis de consumo. Ao optar pela busca da sustentabilidade, o TRE se adequa à sua missão constitucional e se habilita a divulgar, promover e até mesmo cobrar da sociedade ações semelhantes.

4.3.2 A promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (artigo 3º da Lei nº 8.666/93, na redação dada pela Lei nº 12.349/2010).

4.3.3 A adoção de práticas de sustentabilidade ambiental atende à Recomendação nº 11, de 22.5.2007, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que visa à correta preservação e recuperação do meio ambiente, a exemplo da “utilização de edifícios com observância da proteção ao meio ambiente, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental levando em consideração o tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável - *segurança para o usuário e instalações*”, buscando a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental.

4.3.4 Todos os critérios ambientais inseridos no presente Instrumento respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre os licitantes e não restringem a competição, uma vez que decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

4.3.5 As soluções de sustentabilidade fizeram parte dos projetos, desde sua concepção, buscando alcançar sua efetividade máxima e custo mínimo. Permitem a compra de materiais com minimização de impactos, a previsão de mecanismos de redução na formação de resíduos na fase construtiva e de sua reutilização, uso ou disposição adequados.

4.3.6 A contratada deverá adotar dentre outras ações, as seguintes práticas de sustentabilidade:

4.3.6.1 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.3.6.2 Orientar os seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.3.6.3 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995.

4.3.6.4 Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos

4.3.6.5 Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na [Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008](#).

4.3.6.6 A contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010

4.4 Adequação do Ambiente

4.4.1. Observa-se que a execução/aquisição do objeto licitado não demanda alteração no ambiente instalado no TRE/SE.

4.5. Conformidade Técnica e Legal

4.5.1 O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

4.5.1.1 NBR 14565 – Procedimento Básico para Elaboração de Projetos de Cabeamento de Telecomunicações para Rede Interna Estruturada;

4.5.1.2 NBR 16415 - Caminhos e Espaços para Cabeamento Estruturado;

- 4.5.1.3 NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- 4.5.1.4 NBR 5419 – Proteção de Estruturas Contra Descargas Atmosféricas;
- 4.5.1.5 NBR IEC 62676-1-1 – Sistemas de videomonitoramento para uso em aplicações de segurança. Parte 1-1: Requisitos de sistema – Generalidades;
- 4.5.1.6 NBR IEC 62676-1-2 – Sistemas de videomonitoramento para uso em aplicações de segurança. Parte 1-2: Requisitos de sistema – Requisitos de desempenho para transmissão de vídeo.

4.6 Vistoria facultativa para a licitação

- 4.6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, **convém à(ao) licitante realizar visita técnica** à Sede do TRE-SE, mediante agendamento prévio junto ao Núcleo de Segurança Organizacional - NSO, por meio do telefone (79) 3209-8697 ou do e-mail nso@tre-se.jus.br e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à execução do serviço.
- 4.6.1.1 Para a visita, a(o) licitante, ou a(o) sua(eu) representante legal, deverá estar devidamente identificada(o) e habilitada(o), mediante a apresentação de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa e assinado por sua(eu) responsável.
- 4.6.1.2 O prazo para visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 4.6.1.3 A visita técnica deverá ocorrer individualmente com cada uma/um da(o)s licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, nos termos do item **4.6.1**, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.
- 4.6.1.4 Na hipótese de não realização de visita técnica deverá ser apresentada declaração da(o) responsável técnica(o) da(o) licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos (Acórdão TCU 15719/2018-Primeira Câmara).
- 4.6.1.4.1 A não realização da visita técnica não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento acerca das especificidades e condições locais para a execução da obra, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes dos objetos de prestação do serviço, devendo a(o) licitante vencedora/vencedor assumir o ônus daí decorrentes.

4.7 Consórcio e subcontratação de empresas

- 4.7.1 Não será admitido o consórcio de licitantes.
- 4.7.2 Não será admitida a subcontratação de empresas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO

5.1 Da execução dos serviços

- 5.1.1 Os serviços serão executados seguindo o Projeto de CFTV, no Memorial Descritivo de Execução do Projeto de CFTV, bem como nos respectivos relatórios datasheet e de cabeamento e capacidade de switch.
- 5.1.2 A execução dos serviços e entrega dos materiais e equipamentos será iniciada a partir da data estabelecida na ordem de serviço.
- 5.1.3 Os prazos estabelecidos em cada etapa são máximos, logo, a contratada poderá concluir cada etapa, bem como todo o contrato, com antecedência.
- 5.1.4 Para a perfeita execução dos serviços, além dos equipamentos e materiais previstos nos Anexos deste termo de referência, a(o) CONTRATADA(O) deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para correta instalação e integral cumprimento do contrato, suprindo-se todas as necessidades para alcançar o pleno funcionamento da solução contratada.
- 5.1.5 O fiscal técnico (ou Comissão de Fiscalização) realizará o recebimento provisório seguindo a dinâmica estabelecida no item 5.4.8 deste Termo de Referência. O Gestor do contrato (COSER), por sua vez, realizará o recebimento definitivo seguindo a dinâmica estabelecida no item 5.4.9 deste Termo de Referência.
- 5.1.6 A(O) CONTRATADA(O) realizará o treinamento dos servidores do TRE/SE designados para o acesso e gerenciamento do sistema de monitoramento.
- 5.1.6.1 O objetivo do treinamento é capacitar a(o)s técnica(o)s do CONTRATANTE para a operação, gerenciamento e monitoramento dos sistemas.
- 5.1.6.2 A duração do treinamento deverá ser de 12 (doze) horas, considerando a abrangência do conteúdo previsto no item 19 do Memorial Descritivo (1146401).
- 5.1.6.3 O programa do treinamento deverá ser aprovado previamente pelo CONTRATANTE e deverá estar coerente com os equipamentos instalados.
- 5.1.6.4 O treinamento será realizado quando o sistema estiver pronto e em funcionamento.
- 5.1.6.5 O treinamento será realizado na Sede do TRE-SE e deverá ter caráter totalmente prático.

5.2. Condições de entrega e prazos

- 5.2.1 O prazo para início do serviço será a data estabelecida na ordem de serviço.
- 5.2.2 O prazo de execução da contratação, a ser firmado com o licitante vencedor, para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento é de **120 (cento e vinte) dias**, contando-se da data do início do serviço.
- 5.2.3 O prazo de vigência da contratação será de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da assinatura do Contrato.
- 5.2.4 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **5.2.2** e **5.2.3** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

5.3. Monitoramento da Execução

- 5.3.1. Serão utilizadas as seguintes formas de comunicação e acompanhamento da execução:
- 5.3.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por representantes da Contratante (gestor e fiscal do contrato) especialmente designados para este fim.
- 5.3.1.2. Compete ao gestor e ao fiscal do contrato dirimirem eventuais dúvidas que surgirem no curso de sua execução e de tudo dar ciência à empresa CONTRATADA, para fiel execução contratual durante toda a vigência do contrato, de acordo com os termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- 5.3.1.3. Será realizada reunião inicial entre os representantes das partes para boas-vindas, apresentação das partes, elucidações sobre eventuais dúvidas de ambas as partes e para destacar as principais particularidades do contrato, bem como sua dinâmica. A reunião deverá ser realizada em até **5 (cinco) dias** úteis da contratação dos serviços.

5.3.1.3.1 Além da reunião de alinhamento e validação de expectativas da contratação, poderão ser realizadas, se necessárias, outras reuniões presenciais ou não, entre o Gestor do Contrato e o Preposto da(o) CONTRATADA(O) para avaliação dos serviços prestados no período, e verificação do atendimento aos requisitos contratuais estabelecidos.

5.3.1.4. Poderão ser realizados, alternativamente, e a critério do Gestor do Contrato, o controle e o acompanhamento da prestação de serviço mediante o uso de mensagens eletrônicas. Nesse caso, o Fiscal Técnico ou Gestor do Contrato deverá apresentar descritivo contendo situações merecedoras de avaliação por parte da(o) CONTRATADA(O).

5.4. Fiscalização da execução e recebimento do objeto

5.4.1 A Gestão da Contratação será realizada pela **Coordenadoria de Obras e Serviços - COSER**, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital (incluídos os seus anexos), na proposta da(o) CONTRATADA(O) e no Contrato e a aceitação por meio de atestação exarada nas notas fiscais ou faturas, procedendo-se a observações, se necessário.

5.4.2 A **fiscalização** da Contratação será realizada por **Comissão de Fiscalização designada para tal finalidade**, cabendo-lhe dentre outras atribuições, acompanhar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

5.4.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

5.4.4 A Gestão/Fiscalização terá poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas.

5.4.4.1 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE-SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir, reformar, adaptar e instalar, poderá a(o) referida(o) Gestora/Gestor, além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela(o) CONTRATADA(O).

5.4.4.1.1 Somente a Gestão/Fiscalização da Contratação tem autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho nos locais de realização dos serviços.

5.4.4.1.2 Qualquer solicitação feita que esteja fora do escopo do objeto contratado não poderá ser realizada sem a análise da Fiscalização.

5.4.5 A **COSER** rejeitará, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Edital (incluídos os seus anexos), na proposta da(o) CONTRATADA(O) e no Contrato.

5.4.6 Quando as decisões ou as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

5.4.7 **Será exigido o Livro de Ordem**, nos termos da [Resolução CONFEA 1.094/2017](#).

5.4.7.1 O referido Livro constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com os serviços e servirá de subsídio para comprovar a respectiva autoria, garantir o cumprimento das instruções, dirimir dúvidas, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos, acidentes de trabalho, além de eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.

5.4.7.2 O livro de Ordem tem ainda por objetivo confirmar, acompanhado da ART, a efetiva participação da(o) profissional na execução dos serviços, de modo a permitir a verificação da medida dessa participação, inclusive para a expedição de CAT.

5.4.7.3 O livro de ordem deverá conter o registro de todas as ocorrências relevantes aos serviços, conforme o artigo 4º da Resolução CONFEA 1.094/2017, a ser providenciado pela(o) responsável técnica(o) pelos serviços e pelo CONTRATANTE.

5.4.8 A **Comissão de Fiscalização lavrará termo circunstanciado de recebimento provisório**, assinado pelos seus membros e pela(o) CONTRATADA(O), no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pela(o) CONTRATADA(O).

5.4.8.1 O recebimento provisório somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso, e da realização do treinamento previsto no item **5.1.6**.

5.4.8.2 A Comissão de Fiscalização da Contratação examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, Termo de Referência, especificações técnicas e demais anexos do Edital, e fará constar do termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a(o) CONTRATADA(O) deverá sanar em prazo determinado pela referida Comissão, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/1993.

5.4.9 Comprovado pela Comissão de Fiscalização da Contratação o saneamento das eventuais deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, a **COSER** emitirá, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da respectiva comprovação, **Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo** do objeto, que será assinado também pela(o) CONTRATADA(O).

5.4.9.1 Se, no decorrer do prazo de emissão do Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE-SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), as ocorrências verificadas à(o) CONTRATADA(O), que deverá efetuar as correções no tempo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, suspendendo-se o decurso dos **90 (noventa) dias** fixados no item **5.4.9**.

5.4.9.1.1 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, poderá o TRE-SE mandar executá-los por terceiras pessoas, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a(o) CONTRATADA(O) faça jus.

5.4.10 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços estará condicionado à apresentação por parte da(o) CONTRATADA(O) da Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ.

5.4.11 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos após cumpridas todas as obrigações assumidas pela(o) CONTRATADA(O) e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.4.12 A(o) CONTRATADA(O) fica obrigada(o) a realizar todos os testes de recebimento das instalações exigidos pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.4.13 O recebimento provisório ou definitivo e a Gestão/Fiscalização da Contratação, a ser exercida no interesse do TRE-SE, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela(e) causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiras pessoas.

5.5. Garantia e assistência técnica

5.5.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá substituir os equipamentos entregues com eventuais defeitos de fabricação, que apresentem alterações de qualidade ou que tenham sofrido eventuais modificações em suas características.

5.5.2 A(o) CONTRATADA(O) deverá prestar, durante o prazo de **24 (vinte e quatro) meses**, garantia integral, assistência técnica, compreendendo manutenção corretiva e reposição de peças necessárias nos produtos fornecidos, contados a partir do recebimento definitivo pelo TRE-SE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

6.1. Do termo de contrato ou instrumento equivalente

6.1.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será assinado o Termo de Contrato, instrumento obrigatório em contratações com valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

6.2 Agentes que participarão da gestão do contrato

6.2.1 A Equipe de Gestão da Contratação (EGC) será composta pelos seguintes membros:

6.2.1.1 Gestor da Contratação: COSER

6.2.1.2 Fiscais Técnicos: Comissão de Acompanhamento e Fiscalização

6.2.1.3 Fiscal Administrativo: Comissão de Acompanhamento e Fiscalização

6.2.2 Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.3 Mecanismos de Comunicação

6.3.1 Toda a comunicação entre o TRE e a CONTRATADA deverá ser sempre formal, exceto em casos que justifiquem outro canal de comunicação.

6.3.2 A comunicação dar-se-á por meio de ofícios, e-mails, reuniões mediante elaboração de ata ou outros que possam ser registrados.

6.3.3 Quando da comunicação através de e-mail, os seguintes requisitos devem ser observados: sempre que disponível, deve-se utilizar recurso de confirmação de leitura ou, caso não seja disponível, deve constar da mensagem pedido de confirmação de recebimento.

6.3.4 O canal de comunicação entre o TRE e a CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do PREPOSTO. O preposto é o representante da CONTRATADA junto à TRE. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para o TRE.

6.4. Da Garantia da execução

6.4.1 A(o) adjudicatária(o) prestará garantia de execução do objeto deste Instrumento, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do Contrato, dentre as modalidades a seguir:

6.4.1.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

6.4.1.2 Seguro-garantia, complementado, se necessário, com a cobertura "Responsabilidade Civil Obra" ou outra equivalente.

6.4.1.3 Fiança bancária.

6.4.2 Se a opção de garantia recair em **caução em dinheiro**, seu valor será depositado em conta garantia da Caixa Econômica Federal, em favor do TRE-SE, a fim de manter sua atualização financeira.

6.4.3 Recaindo a opção em **títulos da dívida pública**, os títulos deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

6.4.4 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

6.4.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

6.4.4.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiras pessoas, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

6.4.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA em sede de processo administrativo sancionatório.

6.4.5 A garantia de execução do objeto desta contratação corresponderá a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, que lhe será liberado em **até 10 (dez) dias úteis**, ante a comprovação do pagamento das obrigações e de que foram descontadas eventuais multas aplicadas à CONTRATADA, finda a vigência da contratação e após o recebimento definitivo do objeto avençado.

6.4.6 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

6.4.6.1 A notificação deste Tribunal ocorrerá preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail).

6.4.7 O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para a apresentação da garantia autoriza o TRE-SE, sem prejuízo do disposto no item **6.7.1.2.1**, a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de **5% (cinco por cento)** do valor contratado, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

6.4.7.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

6.4.7.2 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

6.4.7.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item **6.7.1.2.1** - poderá ser glosado de pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O).

6.4.8 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pela(o) garantidora/garantidor e/ou seguradora/segurador.

6.4.9 A(o) garantidora/garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

6.4.10 A garantia terá validade de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da data de assinatura do contrato.

6.4.10.1 Caso haja prorrogação da execução dos serviços contratados ou o não recebimento definitivo do objeto contratual, a contratada se obriga a estender a garantia em igual período.

6.4.11 Para efeito de execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora no prazo da vigência contratual.

6.4.12 Será considerada extinta a garantia:

6.4.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas contratuais.

6.4.12.2 Com o recebimento definitivo do objeto e o término da vigência do Contrato, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

6.5 Reajustamento/revisão dos preços

6.5.1 Não haverá reajuste, uma vez que o prazo de execução dos serviços, a partir da data de apresentação da proposta, é inferior a um ano e que não se trata de serviço continuado.

6.5.1.1 Excepcionalmente, na hipótese de decorridos 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, o valor remanescente ainda não executado poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar o reajuste pretendido.

6.5.1.1.1 Não se aplica o disposto no item 6.5.1.1 na hipótese de o atraso na execução dos serviços avançados e a consequente prorrogação do prazo do Contrato ocorrerem por causa atribuída à(o) CONTRATADA(O).

6.6 Da alteração qualitativa e/ou quantitativa da contratação

6.6.1 A Contratação poderá ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

6.6.2 No caso de celebração de aditivos contratuais, observar-se-ão as regras previstas no Decreto 7.983/2013, no que couber.

6.6.2.1 Em atenção ao art. 13, II, do Decreto 7.983/2013, a Contratada obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total do contratação, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993.

6.7. Das Sanções Administrativas (Penalidades)

6.7.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei 8.666/1993, Art. 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto 10.024/2019, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser sancionada(o), **isoladamente ou não**, com as seguintes reprimendas:

6.7.1.1 **Advertência**, a ser aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

6.7.1.2 **Multa moratória**, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, equivalente a **1,0 % (um por cento)** do **valor de cada etapa da contratação, por dia de atraso na finalização da respectiva etapa**, até o limite de **15% (quinze por cento)**.

6.7.1.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,2% (dois décimos por cento)** sobre o valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de **5% (cinco por cento)**, a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

6.7.1.3 **Multa**, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

6.7.1.3.1 No caso de inexecução total do objeto, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita(o) à aplicação de **multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado**.

6.7.1.3.1.1 A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE se a(o) CONTRATADA(O) não iniciar as atividades em até **15 (quinze) dias** do prazo estabelecido na ordem de serviço.

6.7.1.3.2 Na situação de recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação, **a multa equivalerá a 0,2% (dois décimos por cento) do valor global da contratação, por ocorrência**.

6.7.1.3.3 Na hipótese de descumprimento imotivado de obrigação estabelecida neste Instrumento, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, aplicar-se-á multa de **0,3% (três décimos por cento) do valor global da contratação, por evento contado da segunda ocorrência**.

6.7.1.4 **Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, penalidade a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe nos prazos adiante indicados e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

6.7.1.4.1 **Por até 1 (um) ano**, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

6.7.1.4.2 **Por até 2 (dois) anos**, na hipótese de, convocada(o) dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato ou, no caso de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao CONTRATANTE.

6.7.1.4.3 **Por até 5 (cinco) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

6.7.1.4.3.1 Para os fins do item **6.7.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, parágrafo 2º, do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).

6.7.2 O valor das multas previstas nos itens **6.7.1.2** e **6.7.1.3**, bem como o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiras pessoas, poderão ser descontados em ordem de preferência, da garantia prestada e dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE.

6.7.2.1 Se o valor da garantia ou da(s) fatura(s) for insuficiente, fica a(o) CONTRATADA(O) obrigada(o) a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação oficial.

6.7.2.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela(o) CONTRATADA(O) ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

6.7.3 À(o) CONTRATADA(O) que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

6.7.3.1 Será penalizada(o) com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

6.7.3.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

6.7.3.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

6.7.3.2 Será penalizada(o) com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

6.7.3.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **6.7.3.1** e **6.7.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da(o) CONTRATADA(O) e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

6.7.4 As comunicações de **atos processuais** serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela(o) CONTRATADA(O), conforme item **4.2.1.34** e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

6.7.5 Da Decisão pela **aplicação das penas de advertência ou de multa**, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da notificação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

6.7.6 Da Decisão que imputar a sanção de **impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, caberá recurso dirigido ao Presidente do TRE-SE no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.7.7 Os prazos para recursos indicados nos itens **6.7.5** e **6.7.6** serão contados a partir da publicação do correspondente *decisum* no Diário Oficial da União.

6.8. Da rescisão da contratação

6.8.1 A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

6.8.2 No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a(o) CONTRATADA(O) terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

6.8.3 No caso de rescisão da contratação a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93 cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da publicação na Imprensa Oficial (DOU).

6.8.3.1 Da decisão que concluir pela rescisão referida no item **6.8.3**, a(o) CONTRATADA(O) será igualmente notificada(o) por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) informado ao TRE e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

6.8.4 **As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela(o) CONTRATADA(O), ressalvada a publicação na imprensa oficial (DOU) referida no item 6.8.3.**

6.9. Da suspensão da contratação

6.9.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à (ao) CONTRATADA(O).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Da medição e do pagamento

7.1.1 A **aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Comissão de Fiscalização da Contratação**, ficando assegurado ao TRE-SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, com este Instrumento ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.1.1.1 O pagamento da parcela não aceita será liberado após a correção pela(o) CONTRATADA(O) e aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.1.2 Para avaliação do cumprimento de cada parcela deverá ser fornecida pela(o) CONTRATADA(O), e devidamente aceita pela **Comissão de Fiscalização da Contratação**, planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

7.1.3 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a(o) CONTRATADA(O) solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela(o) CONTRATADA(O) todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a(o) CONTRATADA(O) será autorizada(o) a apresentar os documentos de cobrança (faturas), referentes ao preço da etapa executada.

7.1.3.1 Será possível, a critério do TRE-SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados, que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e que estejam devidamente atestadas.

7.1.3.2 Será permitido o pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro.

7.1.3.2.1 Ocorrendo esta situação a Gestão/Fiscalização da Contratação manifestar-se-á na análise técnica quanto à necessidade de aditamento contratual, penalização e rescisão previstos neste Instrumento.

7.1.4 Quando da ocorrência das situações previstas nos itens **7.1.3.1** e **7.1.3.2**, deverá ser apresentado novo cronograma físico-financeiro, compatível com o valor contratado, que será submetido à análise técnica da Comissão de Fiscalização da Contratação e autorizado pela Presidência ou por quem esta delegar.

7.1.5 Quando as situações previstas nos itens **7.1.3.1** e **7.1.3.2** ocasionarem alteração no prazo de execução e/ou de vigência da contratação, deverão ser deliberadas através de aditamento contratual.

7.1.6 À(ao) CONTRATADA(O) caberá sanar eventuais falhas apontadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que a referida Comissão procederá da forma estabelecida no item **7.1.3**

7.1.7 Atendidas as exigências do item **7.1.6**, o pagamento será efetuado através de qualquer modalidade de ordem bancária, em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura da(o) CONTRATADA(O), acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessárias à atestação, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.1.7.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da data da atestação.

7.1.7.2 A atestação será efetuada pela Comissão de Fiscalização da Contratação em **até 2 (dois) dias úteis** contados da perfeita e efetiva execução do serviço contratado.

7.1.7.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da(o) CONTRATADA(O), comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.1.8 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.1.8.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.1.8.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.1.9 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os itens **7.1.7** ou **7.1.7.1**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$.

7.1.9.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **7.1.9**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

7.1.10 Para cada pagamento a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da(o) CONTRATADA(O) relativa à Seguridade Social - INSS, através da Certidão Negativa de Débitos - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.1.10.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na Internet: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CertidaoInternet/PJ/Consultar/>; <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <https://www.tst.jus.br/certidao1>.

7.1.10.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

7.1.10.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, na Nota de Empenho e no Contrato.

7.1.10.4 Eventual mudança do CNPJ da(o) CONTRATADA(O) (matriz/filial), encarregada(o) da execução dos serviços, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

7.1.11 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

7.1.12 Qualquer incorreção nas faturas ou notas fiscais comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

7.1.13 O TRE-SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a(o) CONTRATADA(O) deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário.

7.2 Da retenção na fonte

7.2.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

7.2.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

7.2.1.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

7.2.1.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Da Natureza do Serviço

8.1.1 O objeto a ser contratado possui características de serviços comuns de engenharia, apresentando padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente, por meio de especificações usuais praticadas pelo mercado e se enquadra no disposto no art. 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/2002 e art. 2º do Decreto nº 10.024/2019.

8.1.2 Trata-se de contrato por escopo, tendo em vista que a finalidade da contratação é a obtenção do objeto concluído até o termo previsto em seu prazo de vigência.

8.1.3 O TRE-SE poderá prorrogar a contratação quando seu objeto não for concluído no período firmado no Contrato, desde que registradas nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão do serviço e manifestação da autoridade competente, **sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade**.

8.1.4 Por questões de segurança jurídica, a prorrogação de vigência do contrato será formalizada por meio de termo aditivo previamente à expiração do prazo previsto na avença, notadamente em virtude da necessidade de estabelecimento de novo cronograma de execução, de conclusão e de entrega do objeto.

8.1.5 Não se aplica a esta contratação a previsão de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, exceto o treinamento previsto no item **5.1.6**.

8.2 Modalidade e Tipo de Licitação

8.2.1 O artigo 1º da Lei 10.520/2005 (Pregão) regulamenta que para aquisição de bens e serviços comuns poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.

8.2.2. Verifica-se que os bens pretendidos são oferecidos por diversos fabricantes e apresentam características padronizadas e usuais, logo neste diapasão, a modalidade de licitação mais adequada é o Pregão nos termos do art. 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/20025 não existindo restrição alguma que impeça a realização do pregão por meio Eletrônico.

8.2.3. Para efeito de julgamento dos preços neste Pregão Eletrônico será adotado o tipo de licitação de **MENOR PREÇO, segundo o fator PREÇO GLOBAL POR ITEM**.

8.3 Sistema de Registro de Preços

8.3.1 A aquisição dos bens/serviços será realizada por meio de procedimento licitatório tradicional, isto é, sem adoção do Sistema de Registro de Preços.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Requisitos necessários à habilitação dos interessados

9.1.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

9.1.1.1 Ante as características do objeto, será necessário acrescentar os seguintes requisitos específicos de habilitação jurídica do licitante:

9.1.1.1.1 Prova de registro do empresário ou sociedade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando habilitação para o desempenho do objeto licitado.

9.1.2 Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, o licitante deverá:

9.1.2.1 Apresentar Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede da(o) licitante.

9.1.2.2 Apresentar Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social anterior ao da realização deste certame, para **comprovação de que o índice de Liquidez Corrente (LC = (AC) / (PC)), onde: AC = Ativo Circulante, PC = Passivo Circulante, é igual ou superior a 1, bem como comprovação de capital social mínimo no valor de R\$ 80.614,05 (oitenta mil, seiscentos e quatorze reais e cinco centavos), nos termos do art. 31, §§ 2º e 3º da Lei 8.666/93.**

9.1.2.2.1 Serão aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.1.2.2.1.1 Sociedades regidas pela Lei 6.404/76 (sociedade anônima):

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em jornal de grande circulação; ou
- c) por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.1.2.2.1.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- a) por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
- b) por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.1.2.2.1.3 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.1.2.2.2 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, indicando o CRC do profissional conforme disposto na NBCT 2.

9.1.2.2.3 É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.1.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.1.3.1 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica devidamente registrado(s) no CREA, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome do profissional de nível superior reconhecido pelo mencionado Conselho; ou de certidão(ões) de acervo técnico – CAT(‘S), igualmente emitida(s) pelo CREA, devendo constar, em quaisquer dos documentos, aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

9.1.3.1.1 O(s) atestado(s) e a(s) certidão(ões) devem demonstrar a execução, pelo responsável técnico habilitado, das seguintes parcelas de serviços:

9.1.3.1.1.1 Instalação de sistema de Videomonitoramento CFTV/IP, composto por no mínimo 60 câmeras em um único sistema e gravador de vídeo em rede;

9.1.3.1.1.2 Instalação de cabeamento lógico com pontos certificados categoria 6 ou superior;

9.1.3.1.1.3 Instalação de fibra ótica.

9.1.3.1.2 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) devem conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do Contratante e da(o) Contratada(o), características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone (se houver) e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

9.1.3.1.3 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

9.1.3.1.3.1 Consideram-se pertencentes ao mesmo grupo empresarial empresas controladas por ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da proponente.

9.1.3.1.4 Para comprovação do vínculo da empresa com profissional de nível superior devidamente reconhecida(o) pelo Conselho Profissional, detentora/detentor do(s) atestado(s) de capacidade técnica e/ou da(s) certidão(ões) de acervo técnico, conforme mencionado no item 9.1.3.1, deve-se apresentar, alternativamente:

9.1.3.1.4.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a(o) licitante como Contratante.

9.1.3.1.4.2 Contrato social da(o) licitante em que conste a(o) profissional como sócia(o).

9.1.3.1.4.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste a(o) profissional como responsável técnica(o).

9.1.3.1.4.4 Declaração de contratação futura da(o) profissional detentora/detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência desta(e).

9.1.3.1.4.5 Deve-se ainda comprovar o registro junto ao Conselho de Classe Profissional a cuja jurisdição pertençam a(o) licitante e a(o) responsável técnica(o) por ela(e) indicada(o), o que se fará mediante a apresentação de Certidões de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física ou de Relatórios atinentes à empresa e à(ao) profissional, emitidos via consulta ao sítio do Conselho Profissional correspondente.

9.1.3.1.5 É permitido o somatório de atestados para a comprovação exigida no item 9.1.3.1.1, limitando-se a um atestado para cada parcela indicada nos subitens 9.1.3.1.1.1, 9.1.3.1.1.2 e 9.1.3.1.1.3.

9.1.3.2 O TRE-SE poderá realizar diligência a fim de comprovar a veracidade das informações prestadas, podendo requerer cópias de Contratos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem inequivocamente a prestação dos serviços, desconsiderando a documentação caso constatada divergência

entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados.

9.2 Da aceitabilidade da proposta

9.2.1 A proposta de preços deverá ser apresentada por intermédio de planilha assinada pelo licitante, elaborada a partir de sistema de orçamentação ou editor de planilha eletrônicos, devendo constar os serviços especificados, as quantidades, os preços unitários, os valores e percentuais individuais dos serviços e o valor total do objeto da contratação, seguindo a formatação (ou padrão) da Planilha de Venda do Empreendimento, conforme anexo disponibilizado.

9.2.2 É obrigatória a apresentação da seguinte documentação:

9.2.2.1 Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários.

9.2.2.2 Cronograma Físico-Financeiro (por itens e subitens).

9.2.2.3 Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais.

9.2.2.4 Planilha de Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

9.2.2.5 Planilha de Composições de Preços Unitários dos Serviços, indicando, separadamente, os valores de materiais, mão de obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos, não sendo permitida a indicação apenas de percentuais para material e mão de obra, devendo também indicar o percentual do BDI, com detalhamento de todos os seus componentes, inclusive em percentual.

9.2.3 Todos os documentos solicitados no item 9.2.2 deverão ser assinados por profissional técnico competente, nos termos da Lei 5.194/1966, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso.

9.3 Critérios de aceitabilidade de preços

9.3.1 São critérios de aceitabilidade de preços:

9.3.1.1. Global: preço estimado para a contratação, com valor fixado em R\$ 806.140,51 (oitocentos e seis mil, cento e quarenta reais e cinquenta e um centavos).

9.3.1.2. Unitários: preços unitários dos itens/subitens indicados no Orçamento de Venda anexa ao edital.

9.3.1.3 Da etapa: o valor estabelecido pelo TRE/SE para cada etapa, conforme cronograma físico-financeiro anexo ao edital.

9.3.2 Será desclassificada a proposta:

9.3.2.1 nos quais se verifique que qualquer um dos preços indicados no item 9.3.1 são superiores aos valores fixados pelo TRE/SE;

9.3.2.2 seja desconforme ou incompatível com os preços correntes no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

9.3.2.2.1 Para os efeitos do disposto no item 9.3.2.2, consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

9.3.2.2.1.1 média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE/SE, ou

9.3.2.2.1.2 valor orçado pelo TRE/SE.

9.3.2.2.2 Dos licitantes classificados na forma do item 9.3.2.2.1, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os itens 9.3.2.2.1.1 e 9.3.2.2.1.2, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no item 6.4, igual a diferença entre o valor resultante do item 9.3.2.2.1 e o valor da correspondente proposta.

9.3.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.4. Critérios de julgamento das propostas

9.4.1. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

9.4.2. Os critérios de preferência e desempate previstos na Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015 serão adotados na elaboração do Edital.

9.4.3. Na legislação vigente NÃO há previsão de aplicação de regras de margem de preferência para a contratação de prestação dos serviços desta natureza.

9.4.4. As regras atinentes ao direito de preferência previstas no Decreto 7.174/2010 NÃO se aplicam ao objeto desta contratação.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

10.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 806.140,51 (oitocentos e seis mil, cento e quarenta reais e cinquenta e um centavos), conforme *ORÇAMENTO DE VENDA* (SEI 1187925), disponível para consulta em <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2022/pregoes-2022>. >> Pregão 13/2022 >> Valor de Referência.

10.2 O preço estimado neste item compreende todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à perfeita execução do objeto do presente termo, bem como o cômputo estimativo de BDI de 23,54%, calculado conforme valores de referência da base SINAPI fevereiro/2022 e BDI Diferenciado de 14,02% para o fornecimento dos equipamentos, nos termos do disposto na Súmula nº 253-TCU e no artigo 9º, §§1º e 2º do Decreto 7.983/2013.

11. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2022, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e ainda constarão da respectiva Nota de Empenho:

- Programas de Trabalho: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
- Natureza da Despesa: Investimentos
- PTRES: 167686
- Fonte: 0100

12. DO FORO

12.1 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na relação contratual a ser firmada com base no objeto deste Instrumento é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Sergipe, Subseção Judiciária de Aracaju, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13. ANEXOS

- 13.1 Este Termo de Referência é composto pelos seguintes anexos:
- 13.1.1 Projeto de ampliação de modernização de CFTV (1146402)
 - 13.1.2 Memorial Descritivo Projeto CFTV (1146401)
 - 13.1.3 Relatório de cabeamento e capacidade switch (1146404)
 - 13.1.4 Relatório Datasheet (1146421)
 - 13.1.5 Orçamento de Venda - (PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS) - pdf (1187925);
 - 13.1.6 Orçamento de Venda - (PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS) - EXCEL (1188170);
 - 13.1.7 Cronograma Físico-Financeiro (1188108);
 - 13.1.8 Detalhamento de Encargos Sociais (1188262);
 - 13.1.9 Detalhamento de BDI Normal (1185821);
 - 13.1.10 Detalhamento de BDI Diferenciado (1185901);
 - 13.1.11 Demonstrativo Composições de Preços Unitários - BDI Normal (1188037)
 - 13.1.12 Demonstrativo Composições de Preços Unitários - BDI Diferenciado (1187963)

14. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 Aplicam-se a este Instrumento e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), as Leis 10.520/2002, 13.709/2018 (LGPD) e 10.406/2002 (Código Civil), o Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal), os Decretos 10.024/2019, 8.538/2015 e 7.983/2013, a Lei Complementar 123/2006, a Resolução 120/2015 TRE-SE e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993.

15. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 15.1 Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)

ANEXO II

PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS
(Processo Administrativo SEI 0003380-19.2022.6.25.8000, docs. 1187925 e 1188170)

ANEXO III

PROJETOS
(Processo Administrativo SEI 0003380-19.2022.6.25.8000, doc. 1146402)

ANEXO IV

MEMORIAIS DESCRITIVOS CFTV E RELATÓRIOS (CABEAMENTO, SWITCH E DATASHEET)
(Processo Administrativo SEI 0003380-19.2022.6.25.8000, docs. 1146401, 1146404 e 1146421)

ANEXO V

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
(Processo Administrativo SEI 0003380-19.2022.6.25.8000, doc. 1188108)

ANEXO VI

PLANILHA DE DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS
(Processo Administrativo SEI 0003380-19.2022.6.25.8000, doc. 1188262)

ANEXO VII

PLANILHAS DE DETALHAMENTO DOS BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI
(Processo Administrativo SEI 0003380-19.2022.6.25.8000, docs. 1185821 e 1185901)

ANEXO VIII

PLANILHAS DE COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS DOS SERVIÇOS

ANEXO IX

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MÁXIMO

(Processo Administrativo SEI 0003380-19.2022.6.25.8000, conforme Informação 2060 /2022 - COSER, doc. 1175967)

ETAPAS DESEMBOLSO DE ATÉ	PERCENTUAL POR ETAPA	VALOR POR ETAPA (R\$)
1º mês	1,43%	11.501,98
2º mês	16,84%	135.735,90
3º mês	39,69%	319.929,35
4º mês	42,05%	338.973,27
TOTAL	100,01%	806.140,50
Nota: A diferença entre o valor de referência da contratação (R\$ 806.140,51) e a totalização dos valores/percentuais das etapas decorre de arredondamento efetuado pelo aplicativo (planiha/sistema) utilizado na elaboração do orçamento. Na avaliação de preços propostos prevalece o valor de referência (R\$ 806.140,51), limitando-se as etapas aos valores mensais indicados nos Anexos V e IX.		

ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA XXXX, PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO TÉCNICO DE VIDEOMONITORAMENTO (CFTV) NA SEDE DO TRE/SE.

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com Sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Presidente, **Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto**.

CONTRATADA(O): _____, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(eu) (cargo), Senhora/Senhor (**NOME COMPLETO**), portadora/portador da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei 10.520/2002, da Lei 13.709/2018, do Decreto-Lei 2.848/1940, do Decreto 92.100/1985, do Decreto 7.983/2013, do Decreto 10.024/2019, da Resolução TSE 23.234/2010 e da Resolução TRE/SE 120/2015, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico 13/2022**, processo SEI 0010844-94.2022.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a execução de serviços previstos em projeto de CFTV, objetivando a ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento da sede do TRE/SE**, em regime de **empreitada por preço global**, conforme descrição a seguir:

1.1.1 Descrição do Objeto

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	VALOR CONTRATADO
1	00002297-7	Instalação/Manutenção - Circuito Fechado TV	Contratação de empresa para a execução de serviços previstos em projeto de CFTV objetivando a ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento da Sede do TRE/SE	R\$

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- 2.1 O prazo para início do serviço será a data estabelecida na ordem de serviço.
- 2.2 O prazo de execução da contratação é de **120 (cento e vinte) dias**, contando-se da data do início do serviço.
- 2.3 O prazo de vigência da contratação é de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da assinatura do Contrato.
- 2.4 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **2.2** e **2.3** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

- 3.1 O valor total do presente Contrato importa em R\$ _____ (_____).
- 3.2 Não haverá reajuste uma vez que o prazo de execução dos serviços, a partir da data de apresentação da proposta, é inferior a um ano e que não se trata de serviço continuado.

3.2.1 Excepcionalmente, na hipótese de decorridos **12 (doze) meses da data da apresentação da proposta**, o valor remanescente ainda não executado poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar o reajuste pretendido.

3.2.1.1 Não se aplica o disposto no item 3.2.1 na hipótese de o atraso na execução dos serviços avançados e a consequente prorrogação do prazo do Contrato ocorrerem por causa atribuída à(ao) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá apresentar ao CONTRATANTE, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado da data assinatura deste Instrumento, comprovante de prestação de garantia na modalidade _____ (forma definida pela(o) CONTRATADA(O), dentre as opções do **Anexo I** (Termo de Referência) ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 13/2022** no valor de R\$ _____ (valor por extenso), com vigência entre ____/____/____ e ____/____/____ (210 (duzentos e dez) dias).

4.1.1 Caso haja prorrogação da execução dos serviços contratados ou o não recebimento definitivo do objeto contratual, a(o) CONTRATADA(O) se obriga a estender a garantia em igual período.

4.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

4.2.2 Prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiras pessoas, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

4.2.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O) em sede de processo administrativo sancionatório.

4.3 A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada **em até 10 (dez) dias úteis**, ante a comprovação do pagamento das obrigações e de que foram descontadas eventuais multas aplicadas à(ao) CONTRATADA(O), finda a vigência da contratação e após o recebimento definitivo do objeto avençado.

4.4 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação..

4.4.1 A notificação deste Tribunal ocorrerá preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail).

4.5 O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para a apresentação da garantia autoriza o TRE-SE, sem prejuízo do disposto no item **11.1.2.1**, a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de **5% (cinco por cento)** do valor contratado, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

4.5.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

4.5.2 A(O) CONTRATADA(O), a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

4.5.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item **11.1.2.1** - poderá ser glosado de pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O).

4.6 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pela(o) garantidora/garantidor e/ou seguradora/segurador.

4.7 A(o) garantidora/garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à(ao) CONTRATADA(O).

4.8 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de vigência do Contrato.

4.9 Será considerada extinta a garantia:

4.9.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a(o) CONTRATADA(O) cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

4.9.2 Com o recebimento definitivo do objeto e o término da vigência do Contrato, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DE SUAS VEDAÇÕES

5.1 São obrigações da(o) CONTRATADA(O):

5.1.1 Executar os serviços em conformidade com o disposto neste Instrumento.

5.1.2 Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da(o) CONTRATADA(O), independentemente da ação da Fiscalização do Tribunal.

5.1.3 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos pelos suas(eus) operária(o)s e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

5.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

5.1.5 Conhecer, por meio de responsável técnica(o), os locais onde serão executados os serviços, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e propriedades de terceiras pessoas, e ainda, a segurança da(o)s operária(o)s e transeuntes, durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causados serão de inteira e única responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

5.1.5.1 A obrigação constante do item **5.1.5** não se confunde com a **visita técnica** disciplinada no item **4.6** do **Anexo I** ao Edital (Termo de Referência) .

5.1.6 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos dos referidos serviços.

5.1.7 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.7.1 Não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

5.1.7.2 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

5.1.8 Disponibilizar, no local de execução, responsável geral pela condução dos trabalhos.

5.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

5.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **5.1.9** transferirá à(ao) CONTRATADA(O) todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Comissão de Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

5.1.11 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços, deixando os ambientes em condições normais de uso pela(o)s servidora(e)s, durante o horário de trabalho.

5.1.12 Apresentar à Comissão de Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar a(o) responsável pela equipe de operária(o)s.

5.1.13 Cuidar para que o pessoal que executará os serviços contratados esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos realizados.

5.1.14 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE-SE, mesmo que existam e estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

5.1.15 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal e da(o)s servidora(e)s junto ao serviço esteja protegido e que seja garantida a normalidade do funcionamento, uma vez que os locais que sofrerão intervenção estarão com o seu funcionamento normal durante o período de execução dos trabalhos contratados.

5.1.16 Combinar previamente com a Comissão de Fiscalização da Contratação os dias e horários de atuação da(o) CONTRATADA(O), definida, inicialmente, de segunda a sexta-feira, em horário comercial (07h às 17h), podendo, se necessário, verificar-se em dias e horários diversos, desde que devidamente justificada essa necessidade.

5.1.17 Registrar a contratação no **CREA/SE**, na forma prevista na legislação vigente e fazer a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** de execução dos serviços no respectivo Conselho.

5.1.17.1 A ART devem ter como responsável engenheira(o) com habilitação para execução do serviço objeto desta licitação, conforme o caso, e devem ser apresentados no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados da data estabelecida na Ordem de Serviço para o início da execução contratual.

5.1.18 Indicar substituta(o) à(ao) preposta(o) designada(o) para a execução da presente contratação, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no caso de o TRE-SE utilizar-se do direito de, motivadamente e a qualquer tempo, assim determinar.

5.1.19 Cuidar para que a(o)s engenheira(o)s indicada(o)s para assumir a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo tenham poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

5.1.20 Retirar, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.21 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

5.1.22 Afastar ou substituir por recomendação da Comissão de Fiscalização da Contratação qualquer empregada(o) que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, **até 24 (vinte e quatro) horas** após receber a devida notificação.

5.1.23 Executar o serviço no prazo fixado neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas da Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.24 Fornecer Livro de Ordem até a data estabelecida na Ordem de Serviço para o início das atividades, mantendo-o no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.1.25 Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

5.1.26 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

5.1.27 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

5.1.28 Remover, às suas custas, ao fim dos serviços e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

5.1.29 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

5.1.30 Atender às normas sobre segurança e saúde no trabalho.

5.1.31 Responsabilizar-se por ensaios, testes ou provas necessários à prestação dos serviços contratados, inclusive os serviços mal executados.

5.1.32 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a Comissão de Fiscalização da Contratação julgar necessário.

5.1.33 **Garantir todos os serviços executados pelos prazos mínimos estabelecidos na cláusula sexta deste Instrumento, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.**

5.1.34 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

5.1.35 **Observar os termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.**

5.1.36 **Entregar ao TRE-SE, no máximo até o recebimento definitivo do objeto da contratação, devidamente conferido pela Gestão/Fiscalização Contratação, os desenhos "as built" de todos os projetos executados, sem prejuízo da responsabilidade civil da(o) CONTRATADA(O) em relação aos serviços por ela(e) realizados.**

5.2 É expressamente vedado à(ao)CONTRATADA(O):

5.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

5.2.2 Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir **parcial** ou **totalmente**) a contratação.

5.2.3 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE-SE.

5.2.4 Contratar servidora/servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.2.5 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

5.2.6 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

5.3 É dever do CONTRATANTE

5.3.1 Emitir Nota de Empenho.

5.3.2 Proporcionar as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da(o) CONTRATADA(O) ou por quem a(o) represente.

5.3.3 Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases.

5.3.4 Receber e conferir os serviços verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, **rejeitando**, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

5.3.5 Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

5.3.6 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O), **preferencialmente** por meio eletrônico (e-mail), quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual.

5.3.7 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da(o) CONTRATADA(O).

5.4 É vedado ao CONTRATANTE:

5.4.1 Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O), tais como:

5.4.1.1 Exercer o poder de mando sobre a(o)s empregada(o)s da(o) CONTRATADA(O), devendo reportar-se somente à/ao Preposta(o) ou pessoa(s) responsável(eis) por ela(e) indicada(s)/indicado(s).

5.4.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

5.4.1.3 Promover ou aceitar o desvio de funções da(o)s trabalhadora(e)s da(o) CONTRATADA(O), mediante a sua utilização em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual a(o) trabalhadora/trabalhador foi contratada(o).

CLÁUSULA SEXTA - DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

6.1 A Gestão da Contratação será realizada pela **Coordenadoria de Obras e Serviços - COSER**, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 13/2022** (incluídos os seus anexos), na proposta da(o) CONTRATADA(O) e neste Instrumento e a aceitação por meio de atestação exarada nas notas fiscais ou faturas, procedendo-se a observações, se necessário.

6.2 A **Fiscalização** da Contratação será realizada por meio de **Comissão designada para tal finalidade**, cabendo-lhe dentre outras atribuições, acompanhar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

6.4 A Gestão/Fiscalização terá poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas.

6.4.1 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE-SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir, reformar, adaptar e instalar, poderá a(o) referida(o) Gestora/Gestor, além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela(o) CONTRATADA(O).

6.4.1.1 Somente a Gestão/Fiscalização da Contratação tem autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho nos locais de realização dos serviços.

6.4.1.2 Qualquer solicitação feita que esteja fora do escopo do objeto contratado não poderá ser realizada sem a análise da Fiscalização.

6.5 A COSER rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto no Edital (incluídos os seus anexos), na proposta da(o) CONTRATADA(O) e neste Instrumento.

6.6 Quando as decisões ou as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

6.7 Será exigido o **Livro de Ordem**, nos termos da [Resolução CONFEA 1.094/2017](#).

6.7.1 O referido Livro constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com os serviços e servirá de subsídio para comprovar a respectiva autoria, garantir o cumprimento das instruções, dirimir dúvidas, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos, acidentes de trabalho, além de eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.

6.7.2 O livro de Ordem tem ainda por objetivo confirmar, acompanhado da ART, a efetiva participação da(o) profissional na execução dos serviços, de modo a permitir a verificação da medida dessa participação, inclusive para a expedição de CAT.

6.7.3 O livro de ordem deverá conter o registro de todas as ocorrências relevantes aos serviços, conforme o artigo 4º da Resolução CONFEA 1.094/2017, a ser providenciado pela(o) responsável técnica(o) pelos serviços e pelo CONTRATANTE.

6.8 A Comissão de Fiscalização lavrará termo circunstanciado de recebimento provisório, assinado pelos seus membros e pela(o) CONTRATADA(O), no prazo de **15 (quinze) dias** contados da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pela(o) CONTRATADA(O).

6.8.1 O recebimento provisório somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso, e da realização do treinamento previsto no item 5.1.6 do Termo de Referência.

6.8.2 A **Comissão de Fiscalização da Contratação** examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, Termo de Referência, especificações técnicas e demais anexos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 13/2022**, e fará constar do termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a(o) CONTRATADA(O) deverá sanar em prazo determinado pela referida Comissão, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/1993.

6.9 Comprovado pela Comissão de Fiscalização da Contratação o saneamento das eventuais deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, **a COSER emitirá**, no prazo máximo de **90 (noventa) dias** contados da respectiva comprovação, Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo do objeto, que será assinado também pela(o) CONTRATADA(O).

6.9.1 Se, no decorrer do prazo de emissão do Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE-SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), as ocorrências verificadas à(ao) CONTRATADA(O), que deverá efetuar as correções no tempo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, suspendendo-se o decurso dos **90 (noventa) dias** fixados no item **6.9**.

6.9.1.1 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, poderá o TRE-SE mandar executá-los por terceiras pessoas, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a(o) CONTRATADA(O) faça jus.

6.10 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços estará condicionado à apresentação por parte da(o) CONTRATADA(O) da Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ.

6.11 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos após cumpridas todas as obrigações assumidas pela(o) CONTRATADA(O) e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

6.12 A(o) CONTRATADA(O) fica obrigada(o) a realizar todos os testes de recebimento das instalações exigidos pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

6.13 O recebimento provisório ou definitivo e a Gestão/Fiscalização da Contratação, a ser exercida no interesse do TRE-SE, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela(e) causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiras pessoas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

7.1 A **aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Comissão de Fiscalização da Contratação**, ficando assegurado ao TRE-SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, com este Instrumento ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.1.1 O pagamento da parcela não aceita será liberado após a correção pela(o) CONTRATADA(O) e aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.2 Para avaliação do cumprimento de cada parcela deverá ser fornecida pela(o) CONTRATADA(O), e devidamente aceita pela **Comissão de Fiscalização da Contratação**, planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

7.3 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a(o) CONTRATADA(O) solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela(o) CONTRATADA(O) todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a(o) CONTRATADA(O) será autorizada(o) a apresentar os documentos de cobrança (faturas), referentes ao preço da etapa executada.

7.3.1 Será possível, a critério do TRE-SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados, que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e que estejam devidamente atestadas.

7.3.2 Será permitido o pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro.

7.3.2.1 Ocorrendo esta situação a Gestão/Fiscalização da Contratação manifestar-se-á na análise técnica quanto à necessidade de aditamento contratual, penalização e rescisão previstos neste Instrumento.

7.4 Quando da ocorrência das situações previstas nos itens **7.3.1** e **7.3.2**, deverá ser apresentado novo cronograma físico-financeiro, compatível com o valor contratado, que será submetido à análise técnica da Comissão de Fiscalização da Contratação e autorizado pela Presidência ou por quem esta delegar.

7.5 Quando as situações previstas nos itens **7.3.1** e **7.3.2** ocasionarem alteração no prazo de execução e/ou de vigência da contratação, deverão ser deliberadas através de aditamento contratual.

7.6 À(o) CONTRATADA(O) caberá sanar eventuais falhas apontadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que a referida Comissão procederá da forma estabelecida no item **7.3**.

7.7 Atendidas as exigências do item **7.6**, o pagamento será efetuado através de qualquer modalidade de ordem bancária, em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura da(o) CONTRATADA(O), acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessárias à atestação, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.7.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da data da atestação.

7.7.2 A atestação será efetuada pela Comissão de Fiscalização da Contratação em **até 2 (dois) dias úteis** contados da perfeita e efetiva execução do serviço contratado.

7.7.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da(o) CONTRATADA(O), comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.8 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.8.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.8.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no *site* da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.9 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os itens **7.7** ou **7.7.1**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

7.9.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **7.9**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

7.10 Para cada pagamento a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da(o) CONTRATADA(O) relativa à Seguridade Social - INSS, através da Certidão Negativa de Débitos - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.10.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na Internet: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CertidaoInternet/PJ/Consultar/>; <https://consultacrf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <https://www.tst.jus.br/certidao1>.

7.10.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

7.10.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, na Nota de Empenho e neste Instrumento.

7.10.4 Eventual mudança do CNPJ da(o) CONTRATADA(O) (matriz/filial), encarregada(o) da execução dos serviços, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

7.11 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

7.12 Qualquer incorreção nas faturas ou notas fiscais comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

7.13 O TRE-SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a(o) CONTRATADA(O) deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RETENÇÕES NA FONTE

8.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

8.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

8.1.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

8.1.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação poderá ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

9.2 No caso de celebração de aditivos contratuais, observar-se-ão as regras previstas no Decreto 7.983/2013, no que couber.

9.3 Em atenção ao art. 13, II, do Decreto 7.983/2013, a Contratada obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total do contratação, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

10.2 No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a(o) CONTRATADA(O) terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

10.3 No caso de rescisão da contratação a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93 cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da publicação na Imprensa Oficial (DOU).

10.3.1 Da decisão que concluir pela rescisão referida no item **10.3**, a(o) CONTRATADA(O) será igualmente notificada(o) por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) informado ao TRE e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

10.4 As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela(o) CONTRATADA(O), ressalvada a publicação na imprensa oficial (DOU) referida no item **10.3**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

11.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto 10.024/2019, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser sancionada(o), **isoladamente ou não**, com as seguintes reprimendas:

11.1.1 Advertência, a ser aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

11.1.2 Multa moratória, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, equivalente a **1,0 % (um por cento) do valor de cada etapa da contratação**, por dia de atraso na **finalização da respectiva etapa**, até o limite de **15% (quinze por cento)**.

11.1.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,2% (dois décimos por cento)** sobre o valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de **5% (cinco por cento)**, a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.1.3 Multa, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

11.1.3.1 No caso de inexecução total do objeto, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita(o) à aplicação de **multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado**.

11.1.3.1.1 A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE se a(o) CONTRATADA(O) não iniciar as atividades em até **15 (quinze) dias** do prazo estabelecido na ordem de serviço.

11.1.3.2 Na situação de recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação, **a multa equivalerá a 0,2% (dois décimos por cento) do valor global da contratação, por ocorrência**.

11.1.3.3 Na hipótese de descumprimento imotivado de obrigação estabelecida neste Instrumento, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, aplicar-se-á multa de **0,3% (três décimos por cento) do valor global da contratação, por evento contado da segunda**

ocorrência.

11.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, penalidade a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe nos prazos adiante indicados e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

11.1.4.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

11.1.4.2 Por até 2 (dois) anos, na hipótese de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação que resultar em prejuízo ao CONTRATANTE.

11.1.4.3 Por até 5 (cinco) anos, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

11.1.4.3.1 Para os fins do item **11.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, parágrafo 2º, do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).

11.2 O valor das multas previstas nos itens **11.1.2** e **11.1.3**, bem como o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiras pessoas, poderão ser descontados em ordem de preferência, da garantia prestada e dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE.

11.2.1 Se o valor da garantia ou da(s) fatura(s) for insuficiente, fica a(o) CONTRATADA(O) obrigada(o) a recolher a importância devida no prazo de **15 (quinze) dias** contados da comunicação oficial.

11.2.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela(o) CONTRATADA(O) ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

11.3 À(ao) CONTRATADA(O) que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

11.3.1 Será penalizada(o) com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

11.3.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

11.3.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

11.3.2 Será penalizada(o) com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

11.3.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **11.3.1** e **11.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da(o) CONTRATADA(O) e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

11.4 As comunicações de **atos processuais** serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela(o) CONTRATADA(O), conforme item **5.1.34** e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

11.5 Da Decisão pela **aplicação das penas de advertência ou de multa**, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da notificação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

11.6 Da Decisão que imputar a sanção de **impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, caberá recurso dirigido ao Presidente do TRE-SE no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.7 Os prazos para recursos indicados nos itens **11.5** e **11.6** serão contados a partir da publicação do correspondente *decisum* no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas com este Contrato terão como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros consignados no Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 167686, Grupo Natureza de Despesa (GND) – INVESTIMENTOS, Nota de Empenho 2022NEXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)

14.1 A(o) CONTRATADA(O) indica _____, CI _____, SSP/____, CPF/MF _____, para representá-la na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a CONTRATADA deverá indicar outra(o) representante, conforme previsto no item **5.1.18**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO

15.1 Integram o presente Instrumento, independentemente de sua transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 13/2022**, os seus Anexos e a proposta da(o) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos as Leis 10.520/2002, 13.709/2018 (LGPD) e 10.406/2002 (Código Civil), o Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal), os Decretos 10.024/2019, 8.538/2015 e 7.983/2013, a Lei Complementar 123/2006, a Resolução 120/2015 TRE-SE e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DO DESEMBARGADOR)

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DA(O) REPRESENTANTE)

(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA, Analista Judiciário**, em 23/06/2022, às 09:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1204281** e o código CRC **5BC8B7B2**.